

VASCONCELLOS, Fábio

Professor e pesquisador da ESMP-RJ.  
Doutor em Ciência Política pelo IESP.  
<fabio.vasconcellos10@gmail.com>

## Os enquadramentos do Jornal Nacional sobre Lula e o escândalo do 'Mensalão'

### RESUMO

*Este estudo analisa os enquadramentos propostos pelo Jornal Nacional com relação ao então presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o chamado escândalo do "Mensalão", ocorrido durante 2005. Foram analisadas reportagens do telejornal durante um período de cinco semanas, num total de 96 casos. Como os resultados indicam, os enquadramentos de responsabilização foram mais frequentes quando as reportagens tratavam de integrantes do Partido dos Trabalhadores (PT), seus aliados políticos e empresários. No caso de Lula, prevaleceu enquadramentos que reforçavam características pessoais do presidente, como a sua história de vida e comprometimento ético. Embora não seja possível afirmar causalidade na relação entre a cobertura do telejornal e o resultado político-eleitoral de 2006, as indicações deste estudo, a nosso ver, enriquecem as interpretações sobre as consequências do escândalo do "Mensalão".*

Palavras-chaves: escândalo; Mensalão; jornalismo; enquadramentos midiáticos.

### ABSTRACT

*This study analyses Jornal Nacional's framings on former Brazilian president Luis Inácio Lula da Silva and on the "Mensalão" scandal, which took place in 2005. It analyzed the reports broadcast during five weeks, totalizing 96 cases. As the results indicate, the framings of responsibility were more frequent when the reports were discussing members of the Workers' Party, the aliens and business men. In the case of Lula, were framings that reinforced Lula's personal characteristics, as historical background and his commitment with ethics were very common. Although it is not possible to argue any causality relation between Jornal Nacional's coverage and electoral results in 2006, the appointments made in this study, in our perspective, strengthen important remarks on the effects of the "Mensalão" scandal.*

Keywords: scandal; Mensalão; journalism; media framing.

## Os enquadramentos do Jornal Nacional sobre Lula e o escândalo do 'Mensalão'

### *[Lula and the 'Mensalão' scandal on Jornal Nacional's framings]*

VASCONCELLOS, Fábio

**D**urante o ano de 2005 e parte de 2006, o Brasil presenciou um dos escândalos políticos mais marcantes desde a queda do presidente Fernando Collor de Melo, em 1992. Diariamente, os telejornais trouxeram uma série de reportagens que apontavam o envolvimento de dirigentes do Partido dos Trabalhadores (PT), empresas privadas e integrantes do governo num esquema de corrupção – o chamado “Mensalão”. No total, aproximadamente 40 pessoas foram afastadas de cargos no governo e de partidos. A crise começou a partir da revelação de um vídeo, em que um chefe de departamento de compras dos Correios foi flagrado recebendo propina de empresários. A partir daí, avançou com a denúncia da compra de votos e a intensificação de uma pergunta que circulava implicitamente nos principais jornais impressos: “Lula sabia?”.

Com a agenda nacional ocupada pelo escândalo ao longo de 2005, a percepção dos brasileiros sobre o governo Lula declinou. Nada disso, porém, se refletiria nas eleições de 2006. Em 2002, Lula havia sido eleito por 52,7 milhões de votos, o que correspondia a 61,7% dos votos válidos. Em 2006, foi reeleito com 58,2 milhões (60,8% dos votos). No PT, alguns indícios apontam o efeito do desgaste da legenda após o escândalo. Em 2002, com a eleição de Lula, o partido havia conquistado 91 cadeiras na Câmara Federal, sendo a maior bancada na Casa na época. Em 2006, um ano após o escândalo, o partido perdeu oito cadeiras, ficando com 83. Mesmo assim, elegeu a

segunda maior bancada da Câmara. Em 2010, o PT voltou a crescer, conquistando 86 cadeiras, novamente a maior bancada.

Ao que tudo indica, o escândalo teria provocado algum impacto apenas em relação ao PT. Parte desse pouco efeito poderia ser consequência do que Singer (2012) defende como um processo de realinhamento político do PT, com o surgimento do “lulismo” a partir de 2006. O fenômeno estaria ligado ao nascimento de um “novo” ator político, em razão de um olhar mais atento do governo Lula para uma fração de classe, o “subproletariado”. Em outras palavras, a representação de interesses dessa fração de classe teria se tornado mais evidente a partir das políticas adotadas pelo PT entre 2002 e 2006. O “lulismo” seria, nesse caso, efeito do realinhamento do Partido dos Trabalhadores, uma rearticulação do ponto de vista ideológico, que transformou Lula na principal figura de representação dos mais pobres.

83

(...) Foi em 2006 que ocorreu o duplo deslocamento de classe que caracteriza o realinhamento brasileiro e estabeleceu a separação política entre ricos e pobres, a qual tem força suficiente para durar por muito tempo. O lulismo, que emerge junto com o realinhamento, é, do meu ponto de vista, o encontro de uma liderança, a de Lula, com uma fração de classe, o subproletariado, por meio do programa cujos pontos principais foram delineados entre 2003 e 2005: combater a pobreza, sobretudo onde ela é mais excruciante tanto social quanto regionalmente, por meio da ativação do mercado interno, melhorando o padrão de consumo da metade mais pobre da sociedade, que se concentra no Norte e Nordeste do país, sem confrontar os interesses do capital. Ao mesmo tempo, também decorre do realinhamento o antilulismo que se concentra no PSDB e afasta a classe média de Lula e do PT (SINGER, 2012, p.10).

A hipótese de Singer nos parece bastante plausível do ponto de vista da dimensão estrutural para explicar a reeleição de Lula e, nesse mesmo sentido, o impacto em menor proporção do escândalo do

“Mensalão” sobre o PT. Contudo, se havia condições sociais e políticas que interromperam ou amenizaram os efeitos da avalanche de notícias sobre o escândalo do “Mensalão”, falta à análise compreender, justamente, como a denúncia de compra de votos foi tratada pela imprensa. Esta dimensão é importante para uma melhor composição do quadro interpretativo daquele momento da vida política brasileira e, mais especificamente, para auxiliar as análises de suas consequências políticas.

O noticiário sobre o “escândalo do Mensalão” não foi qualquer evento trivial da vida política brasileira. Passados quase nove anos do escândalo, o assunto continuou como pauta da imprensa. Mas a cobertura do julgamento dos envolvidos do “Mensalão” no Supremo Tribunal Federal ao longo de 2012 e 2013 expressa, não apenas a relevância do tema para a imprensa, mas, sobretudo, um aspecto interessante dos processos de produção noticiosa. Se for verdade que as notícias nascem e morrem no jornalismo, com um tempo de vida relativamente pequeno, o mesmo não podemos falar do “Mensalão” e seus desdobramentos como notícia. No momento em que este artigo é produzido, mais informações sobre o caso continuam presentes nas páginas dos jornais, sites e portais, num interminável enredo sobre como os presos vivem nas cadeias, o impacto do caso nas suas carreiras políticas, o dinheiro que arrecadaram para pagar as multas impostas pela Justiça, e mesmo a realização de exames médicos por parte dos condenados.

A grande importância dada pela imprensa ao caso demonstra o quanto ainda precisamos nos debruçar sobre esse tema, especialmente para analisar questões relativas às práticas jornalísticas, critérios de noticiabilidade ou mesmo a relação entre jornalismo e política. Este artigo pretende contribuir com este último ponto. Para nós, a crise de 2005 tornou clara a disputa

simbólica pela construção de imagens envolvendo atores políticos e mídia numa democracia de público, na qual a imprensa exerceu papel ainda central no estabelecimento da agenda e dos quadros interpretativos sobre os eventos.

Como escândalo político, o caso “Mensalão” foi um momento de autojustificação do jornalismo wachtdog, ou seja, em que a imagem do jornalismo se fortaleceu junto aos cidadãos como campo essencial de controle da dinâmica política, responsável pela transparência e pela denúncia das instituições públicas. Mas o escândalo foi também o momento em que o “oportunismo midiático” ficou mais evidente. Como analisado em outra ocasião, a mídia recorre aos escândalos como forma de atrair a atenção das audiências, reafirmando também sua importância político-social; os atores políticos, por outro lado, ao fornecerem novas declarações e narrativas, na tentativa de contribuir para percepções positivas junto ao público acerca do seu próprio papel nos acontecimentos, confirmam e reforçam o papel da imprensa (VASCONCELLOS e ALDÉ, 2008). Em outros termos, os escândalos políticos podem também beneficiar o campo político e midiático, numa lógica de dependência da produção noticiosa.

85

Diante disso, este trabalho analisa de maneira sistemática os enquadramentos do escândalo adotados pelo principal telejornal do país, o Jornal Nacional, durante cinco semanas de 2005. Foram incluídas na amostra as notícias relativas ao então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, naquele momento, recorria a estratégias para se contrapor ao noticiário sobre o escândalo. Nosso objetivo foi identificar como o JN enquadrado do ponto de vista interpretativo as responsabilidades pelo escândalo.

## 1. A mídia nas democracias de público

Como uma série de estudos já demonstrou, o agendamento, ou agenda-setting, pode ser definido como a habilidade que a mídia, compreendida aqui como imprensa, tem de escolher a publicação de determinados assuntos, em detrimento de outros (McCOMBS e SHAW 1972, 2000; TRAQUINA 2002; AZEVEDO 2004; WOLF 2005). Os primeiros estudos sobre agendamento estiveram focados na análise dos seus efeitos, e, muitas vezes, identificando a mídia como um poderoso ator na formação da percepção pública de acontecimentos e problemas políticos, na medida em que cabe a ela, em último caso, apresentar para um grande número de pessoas os temas e as questões relevantes para a sociedade.

Os efeitos da mídia não ocorreriam, contudo, sobre assuntos pontuais, o comportamento dos destinatários, mas, sobretudo, em sistemas sociais mais amplos, isto é, na construção de uma realidade social a partir de processos cognitivos propostos ou sustentados pelos meios de comunicação. Em outros termos, uma vez que há um considerável empenho da mídia em abordar determinados temas, e silenciar em relação a outros, a percepção pública sobre os assuntos que considera de maior interesse tende a acompanhar esse movimento. Essa habilidade de interferir na construção de realidade ocorreria devido a três características básicas dos meios de comunicação, segundo Noelle-Neumann (1973): a acumulação, a consonância e a onipresença.

A acumulação se refere à capacidade da mídia de criar e de sustentar a relevância de um tema; a consonância está ligada ao fato de que, durante a produção da informação, a mídia procura dar mais saliência aos traços comuns e semelhantes do que às diferenças e,

por último, a onipresença, que diz respeito não apenas à habilidade de difundir uma quantidade expressiva de informação, mas ao fato de que o saber público, o conhecimento veiculado pelos meios de comunicação, tem uma característica própria: é sabido publicamente que ele é publicamente conhecido.

A teoria da agenda-setting, portanto, está alinhada a esse paradigma dos estudos de comunicação que procurara demonstrar a importância da mídia na construção da realidade social e política. McCombs e Shaw (1972; 2000) foram os primeiros a sistematizar a ideia do agendamento. A partir da hipótese defendida por Cohen (1963), de que a imprensa pode muitas vezes não conseguir dizer às pessoas como pensar, mas tem, no entanto, uma capacidade espantosa de dizer aos seus próprios leitores sobre o que pensar.

## 87

A constituição de imagens, ou a definição dos problemas públicos na mídia, contudo, ocorreria também num segundo nível estratégico, com os enquadramentos sobre os temas (framings). Nesse caso, a imprensa teria não apenas a capacidade de chamar a atenção do público para determinado assunto, mas também a de formular as perspectivas pelas quais os problemas públicos serão tratados. A teoria do enquadramento, incorporada pelos estudos de mídia, nasce com as hipóteses formuladas por Erving Goffman, na sua obra *Frame Analysis*, de 1974. Nesse estudo, o autor analisou como os indivíduos constroem socialmente marcos interpretativos que permitem dar sentido aos acontecimentos e eventos sociais, em suma, marcos que ajudam as pessoas a responderem à pergunta: “o que está acontecendo aqui?”.

Para Goffman, os indivíduos formariam esquemas interpretativos a partir do seu cotidiano. Esses esquemas ajudariam as pessoas a

“localizar, perceber e identificar” rapidamente os acontecimentos. Em outras palavras, os indivíduos recorrem a estruturas cognitivas para organizar o pensamento a partir de valores e crenças assimilados no seu dia a dia. Portanto, enquadrar significa “utilizar definições da situação, construídas de acordo com princípios de organização que governam os eventos sociais e nosso envolvimento subjetivo com eles” (Goffman, 1974, p.10).

A teoria desenvolvida por Goffman acabou sendo incorporada aos estudos de mídia, por pesquisadores interessados em analisar como a imprensa constrói marcos interpretativos sobre os acontecimentos públicos, e como esses marcos afetam a maneira pela qual o cidadão compreende e reage às informações que recebe. Em outras palavras, para os estudos de mídia, as notícias não apenas influenciam o que o público pensa, mas como o público deverá pensar a respeito dos assuntos noticiados (Williams 1991).

88

Inúmeros estudos que surgiram a partir dos anos 1980 contribuíram para uma melhor definição da teoria do enquadramento da mídia. Em seu estudo, que identificou tipos de enquadramentos adotados pela imprensa para definir a Sociedade Estudantil Democrática, grupo que fazia protestos contra a Guerra do Vietnã, Todd Gitlin (1980) argumenta que os frames são usados por jornalistas na sua rotina para organizar as informações que deverão chamar a atenção do público. Nesse sentido, “enquadramentos da mídia são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso, seja verbal ou visual” (Gitlin, 1980, pág. 7).

Gamson e Modigliani (1989), por sua vez, analisaram como os americanos formavam opinião sobre questões relativas à energia

nuclear. Para isso, identificaram ao longo de quatro décadas os frames utilizados pela imprensa quando tratava do problema e concluíram que mídia recorria a “pacotes interpretativos” para definir a questão. No centro de cada pacote estava o enquadramento predominante, formado por imagens, slogans e símbolos, que definiam uma “ideia central organizadora” das notícias.

Robert Entman (1994) apresentou uma definição mais objetiva. Segundo ele, enquadrar significa selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral ou uma recomendação de tratamento para o item descrito. Sumariamente, Porto (2007) argumenta que os enquadramentos interpretativos oferecidos pela mídia consistem quase sempre em 1) definição do problema; 2) atribuições de responsabilidade e de causas; 3) avaliações sobre o significado do político do evento ou questão; 4) argumentos sobre as consequências e 5) recomendações e tratamento.

89

No Brasil, os estudos sobre enquadramentos da mídia vêm sendo produzidos por diversos autores. Albuquerque (1994) analisou o enquadramento utilizado pelo Jornal Nacional com relação aos dois principais candidatos à presidência em 1994, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Aldé e Lattman-Weltman (2000), por sua vez, compararam os enquadramentos dos telejornais Jornal Nacional e TJ Brasil sobre o Movimento dos Sem-Terra. Enquanto o JN adotou um enquadramento moral, que apontava para o caráter irracional das ações do MST, o TJ Brasil optou por um enquadramento dramático, que indicava o risco de violência e conflito. Vasconcellos (2007) estudou como o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o JN enquadraram o escândalo do mensalão. A

análise indicou que Lula ampliou o enquadramento pessoal, no sentido de ressaltar sua história e comprometimento ético, enquanto o telejornal focou no enquadramento de responsabilização do PT e de figuras importantes do governo federal.

Em sua tese de doutorado, Aldé (2001) recorreu à hipótese do enquadramento para explicar seus efeitos ao nível da recepção. Segundo a autora, os achados sugerem que a televisão é uma fonte importante de quadros de referência aos eleitores comuns. Seus quadros interpretativos são quase sempre assumidos pelos cidadãos. Porto (2002) encontrou evidência de que os enquadramentos afetam a maneira pela qual a audiência dos telejornais interpreta os problemas públicos. Num experimento realizado no Brasil, o autor expôs três diferentes grupos de telespectadores a três diferentes tipos de enquadramento apresentados pela mídia. Os resultados indicaram que, ao serem expostas a um enquadramento interpretativo mais restrito da notícia, ou seja, com apenas uma fonte, as pessoas tendem adotar esse mesmo enquadramento. Por outro lado, quando expostas a enquadramentos mais abertos, isto é, com mais pluralidade na definição do problema, os participantes da pesquisa tendem também a apresentar uma interpretação diferente do problema.

90

## 2. Metodologia

Para aplicar o conceito de enquadramento midiático, escolhemos cinco semanas do JN após uma avaliação sistematizada do comportamento do presidente Lula durante a crise. O presidente fez cinco pronunciamentos entre maio e novembro de 2005 para se contrapor ao entendimento do caso proposto pela mídia. Para isso, recorreu a três falas em cadeia de rádio e televisão e a duas

entrevistas, no qual abordou mais longamente a crise. Dessa forma, as cinco semanas analisadas do JN correspondem a esse mesmo período, qual seja, 20/06 a 25/06; 18/07 a 23/07; 8/08 a 13/08; 5/09 a 10/09 e de 7/11 a 12/11, totalizando 30 edições do telejornal.

Nessas semanas da amostra, Lula apresentou pronunciamentos em cadeia de rádio e televisão (24/06, 12/08 e 07/09) e participou da entrevista do dia 17/07, concedida a uma jornalista independente que trabalhava para uma televisão francesa e que foi ao ar no Fantástico, da TV Globo, e do Programa Roda Viva, da TVE, no dia 07/11. Do total de 180 reportagens do JN sobre o escândalo ou relacionados ao presidente Lula, dentro das cinco semanas da crise, analisamos 96. Para escolher essas matérias procedemos da seguinte forma. Primeiro, procuramos identificar aquelas nas quais apareciam todos os personagens da crise, de modo a ter ao menos uma reportagem sobre cada um deles incluídas na amostragem. Depois, numa segunda verificação, procuramos manter na listagem as matérias que consideramos mais emblemáticas do ponto de vista da cobertura jornalística: as entrevistas exclusivas do JN com o empresário Marcos Valério, a secretária Fernanda Karina Somagio, e os depoimentos de Silvio Pereira, Delúbio Soares e Duda Mendonça na CPI dos Correios.

91

Esse critério acabou levando a um maior número de reportagens, nas cinco semanas escolhidas, de junho, julho e agosto, nos meses iniciais da crise. Em setembro e novembro, já com o caso perdendo força no noticiário, houve um menor número de matérias analisadas. Para uma ideia mais geral do noticiário do JN sobre a crise, fizemos a contagem de todas as matérias, no período analisado, e criamos uma tabela que mostra a curva de intensidade com que o caso foi notícia no telejornal. Trabalhamos com material copiado da TV Globo sem o crédito do repórter ou dos entrevistados. No entanto, quando foi

possível, identificamos aqueles mais conhecidos de forma a evitar que a análise fosse prejudicada. Todo o material foi gentilmente cedido pela TV Globo, a quem agradecemos pela colaboração.

Para analisar os enquadramentos do JN, levamos em consideração os diversos conteúdos da mensagem midiática. Nesse sentido, procuramos ao máximo considerar os atores políticos que falavam nas matérias, os tipos de recursos gráficos, as imagens apresentadas e as adjetivações que conduziam o texto jornalístico a um entendimento, a um julgamento ou a uma avaliação do caso. Portanto, o primeiro problema foi identificar de que maneira o JN definia a crise e, dessa forma, como os personagens eram colocados no rol dos que podiam falar com conhecimento de causa sobre o caso, e aqueles que estavam no rol dos acusados. As falas dos primeiros, identificadas na coluna A da nossa tabela, apareciam de maneira a ampliar o entendimento sobre o evento, e a dos acusados, na coluna B, para compor o próprio discurso interpretativo do JN. Já a coluna C da tabela identifica as falas de personagens com uma terceira interpretação sobre o caso tratado na matéria.

Para a análise sistemática dos dados, a tabela identifica o tempo dedicado a cada fala, os recursos gráficos usados pelo JN na mensagem, os assuntos tratados por cada reportagem, a data, e a classificação dos enquadramentos. Ou seja, buscamos uma análise polissêmica da notícia, sem deixar de considerar o espaço dedicado a cada um desses recursos no texto noticioso, que, afinal, devem apresentar uma unidade narrativa.

Adotamos neste trabalho a proposta defendida por Porto (2000; 2004) de que os estudos dos enquadramentos da informação podem ser feitos em dois níveis. Num primeiro momento, o estudo precisa

definir o enquadramento noticioso, isto é, a estrutura de apresentação do texto jornalístico. No conhecido jargão, esse enquadramento seria definido pelo ângulo da notícia adotado pelos profissionais de imprensa a partir de uma realidade percebida. O enquadramento “corrida de cavalos”, já bastante conhecido por pesquisadores que estudam o noticiário das eleições, é um exemplo desse tipo de perspectiva noticiosa. O jornalismo político formula a notícia a partir da percepção de que a disputa eleitoral é uma competição, cuja ordem de colocação dos candidatos vai se alterando conforme o andamento da campanha, num típico caso de corrida de cavalos.

Embora a identificação do enquadramento noticioso seja relevante, Porto sugere que a pesquisa deve dedicar atenção também ao enquadramento interpretativo, normalmente apresentado por autoridades, especialistas e políticos na matéria jornalística. Esses atores ajudam a definir os eventos e temas públicos no texto noticioso, uma vez que a mídia tende a dar voz mais acentuadamente àqueles que reproduzem entendimentos que ela própria concorda. Numa definição mais clara, o enquadramento noticioso é aquele em que o jornalista tem maior domínio sobre a escolha e definição de uma realidade percebida e pode ser identificado a partir do ângulo do texto. Já o enquadramento interpretativo depende mais das falas e avaliações dos entrevistados. Na tabela, o primeiro enquadramento está identificado na coluna “Noticioso”, enquanto o segundo, na coluna “Interpreta”.

Para a análise dos enquadramentos, procuramos fazer uma leitura ampliada dos diversos códigos que compõem a mensagem televisiva, tanto em relação à estrutura da notícia quanto em relação às interpretações que ela trazia nas falas e nos recursos visuais apresentados. Muito do nosso método tem como inspiração o trabalho de Vilches (1989) que, embora defenda a ideia de uma manipulação intencional na elaboração da mensagem jornalística, realizou uma importante pesquisa sobre a linguagem televisiva. O autor argumenta que a informação televisiva deve ser vista como um videotexto. Em outras palavras, a tela corresponde a um texto escrito, onde diversos códigos se articulam para definição da notícia.

Não aprofundamos o estudo quanto à linha semiótica defendida por Vilches, mas utilizamos códigos para identificar aquelas matérias que, dotadas recursos gráficos, ajudavam a definir uma unidade narrativa da notícia. Esses documentos visuais (Doc) colaboram para o enquadramento interpretativo da informação. Identificamos no levantamento três tipos de documentos: o Doc-Mat, que corresponde ao uso de imagens de arquivo, isto é, imagens já usadas em outras matérias do JN ou de outros veículos e que são recuperadas como forma de identificar pessoas, instituições e eventos (IMAGEM 1); o Doc-Doc, que é a reprodução de documentos, destacando trechos de contratos, fitas de gravação (IMAGEM 2); e, por fim, o Doc-Art, que utiliza recursos visuais, ou seja, imagens e desenhos criados pelo JN para complementar ou reforçar a compreensão do texto noticioso. Foram artes visuais que identificaram a ligação entre os personagens do escândalo, a destinação dos recursos desviados do poder público ou o volume de dinheiro sacado por cada parlamentar (IMAGEM 6).

IMAGEM 1: Doc-Mat



95

IMAGEM 2: Doc-Doc

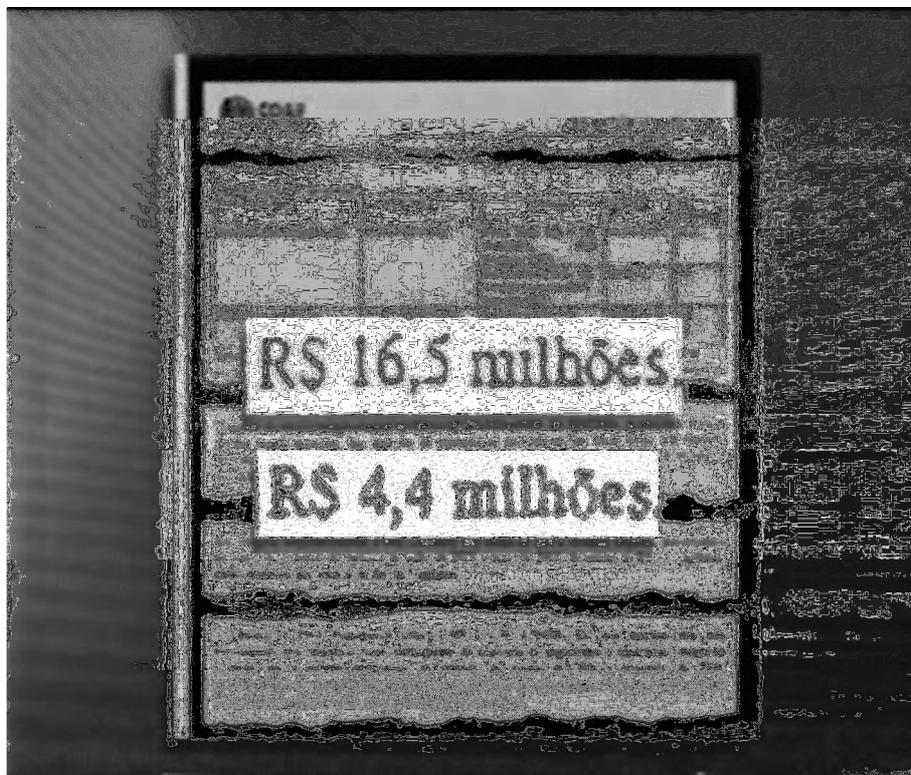


IMAGEM 3: Doc-Art do Jornal Nacional



### 3. O agendamento do escândalo

96

A primeira vez que a imprensa noticiou a suposta compra de votos pelo governo foi em 2004. Uma reportagem do Jornal do Brasil dizia que o ex-líder do governo, deputado Miro Teixeira, havia dito que o governo comprava votos de parlamentares. No dia seguinte, contudo, o próprio deputado desmentiu a informação e nenhum outro órgão de imprensa ou ator político colaborou para manter o caso em discussão ou aprofundar as investigações.

Um ano depois, uma sequência de notícias sobre um possível esquema de corrupção nos Correios, envolvendo um aliado do PTB, partido que integrava a base do governo e era presidido pelo ex-deputado Roberto Jefferson, detonou o agendamento do caso “Mensalão”. A denúncia se transformou em escândalo midiático devido à intrincada sequência de reportagens envolvendo a revista “Veja”, as emissoras de TV, os jornais “O Globo” e “Folha de S.Paulo”

e, evidentemente, o interesse dos atores políticos em participar do caso. No dia 14 de maio de 2005, a “Veja” trouxe uma reportagem mostrando que o responsável pelo setor de compras dos Correios, Maurício Marinho, havia sido flagrado recebendo R\$ 3 mil de empresários. Marinho era identificado como sendo uma indicação do PTB, partido presidido pelo deputado Roberto Jefferson e que apoiava o governo. A partir daí, houve um período em que a discussão centrava-se na possibilidade ou não uma CPI para apurar o caso.

No dia 20 de maio, a “Veja” trouxe uma segunda reportagem denunciando que o ex-chefe do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), Lídio Duarte, indicado por Roberto Jefferson, havia confessado que fora obrigado a arrecadar R\$ 400 mil para o PTB. No dia 5 de junho, “O Globo” publicou extensa matéria mostrando que aliados de Jefferson controlavam órgãos do governo que movimentavam bilhões de reais. No dia seguinte, Roberto Jefferson, em entrevista à Folha de S.Paulo, acusou o PT e integrantes do governo de comprar votos dos deputados. A matéria inaugurou uma nova fase da crise, em que não bastava apenas revelar os detalhes da corrupção nos Correios, mas também a inesperada participação do PT e de integrantes do governo no episódio.

A insistência dos órgãos de comunicação e a própria reprodução de reportagens de outros veículos colaboraram para o agendamento da crise, na medida em que os campos político e midiático investiram mutuamente na sobrevida do caso. Esteve em jogo, nesse momento, além da própria luta política de governo e oposição pela ocupação do espaço público, a exploração de um evento que depunha contra a expectativa ética que havia sobre o PT. Por 25 anos, a legenda havia constituído uma imagem pública em defesa da ética na política. Mas o caso envolvia também personagens que historicamente eram

conhecidos por posicionamentos contra a corrupção. Estava formada, neste caso, parte da motivação central da imprensa em ampliá-lo, proporcionando um escândalo midiático.

Mas a imprensa não operou dentro desse caso isoladamente. A constituição da agenda do escândalo dependeu também de outros atores que colaboraram com a própria imprensa reafirmando o caráter antiético da suposta compra de votos. Podemos dizer que as falas de reprovação pública da crise de 2005 foram notícia porque atendiam, em último caso, ao valor-notícia da imprensa sobre o evento. A instalação das CPIs do Mensalão, dos Correios e dos Bingos colaborou para abastecer diariamente o noticiário. Lideranças políticas procuraram corresponder à demanda da mídia, convocando para depor personagens de alta noticiabilidade, divulgando aberta ou clandestinamente documentos para a imprensa, reforçando a denúncia de que o Executivo e o PT pagavam mesadas para deputados, e procurando participar do espaço midiático com falas e opiniões alinhadas com a moralidade exigida pelo discurso da imprensa.

98

A transmissão das audiências das CPIs permitiu que as cenas fossem replicadas por diversos canais de informação. A audiência da TV Senado chegou a alcançar cerca de 3,5 milhões de televisores. Antes de maio de 2005, quando a crise estourou, o canal apresentava nove horas de programação; depois, passou para 13 horas ao vivo e, numa das sessões das CPIs, chegou a ficar 17 horas no ar. Nos telejornais das TVs abertas era comum identificar o selo da marca da TV Senado, que repassava gratuitamente as cenas para as outras emissoras. Numa situação inédita, uma pesquisa mostrou que a TV Senado foi citada por 16% dos entrevistados como o canal mais procurado pelos telespectadores interessados em informações sobre a CPI. O percentual superou o da GloboNews (13%), o do Bom Dia Brasil, da

Globo (15%), e o do Jornal da Bandeirantes (11%). Apesar disso, os líderes da preferência foram o Jornal Nacional (74%), seguido do Jornal da Globo (53%) e Fantástico (40%).

Um segundo levantamento revelou que 86% dos entrevistados estavam atentos às notícias sobre a CPI nos telejornais, e 71% diziam estar acompanhando os fatos com muito interesse, contra 7% que afirmaram não ter se informado sobre o assunto . Uma sondagem realizada seis meses após estourar a crise indicou como o assunto foi lembrado por boa parte dos entrevistados, devido, certamente, à ampla divulgação do assunto pela imprensa. Os pesquisadores pediram a um determinado número de pessoas que citasse dois fatos envolvendo o governo federal: 20% mencionaram as denúncias de que o PT pagava “Mensalão” a deputados, já a corrupção nos Correios foi lembrada por 17% dos entrevistados, enquanto a cassação do deputado José Dirceu foi indicada por 14% . Vale lembrar que os últimos dois temas estavam diretamente ligados às consequências do escândalo.

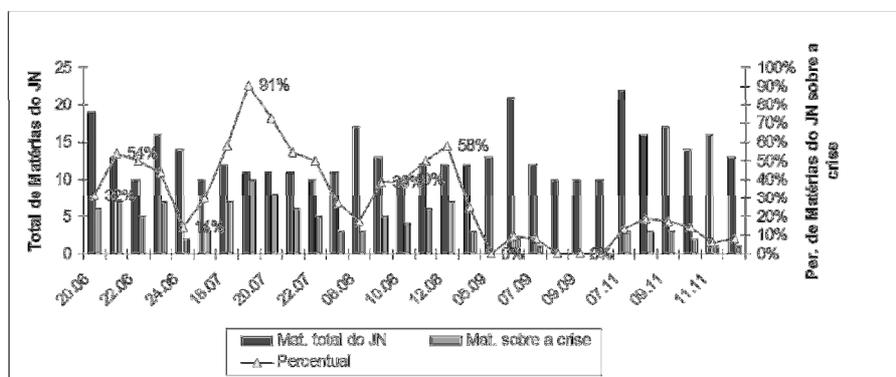
99

Como citado, uma das principais fontes de informação do cidadão comum sobre o escândalo do “Mensalão” foi o Jornal Nacional, da TV Globo, principal telejornal do Brasil e líder de audiência. A análise de cinco semanas de cobertura do escândalo no JN, em 2005, demonstra a importância com que o caso foi tratado e como outros temas perderam espaço na agenda pública (GRÁFICO 1). Em média, o JN apresentava entre 12 e 22 matérias em cada edição. Uma observação geral indicou que quando havia reportagens mais extensas, o número total de matérias diminuía.

A cada edição, o JN trouxe novas entrevistas, documentos e versões sobre o caso. No dia 20 de julho, 91% do total de reportagens do JN

eram sobre o escândalo ou algum fato relacionado ao tema . Nesse dia, foi ao ar o depoimento do ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares, na CPI dos Correios, matérias sobre os saques nas contas do publicitário Marcos Valério e a doação de um carro que uma empresa privada havia feito para o ex-dirigente do PT, Sílvio Pereira, também apontado como um dos organizadores do esquema de compra de votos.

**GRÁFICO 1: Número de matérias do Jornal Nacional sobre a crise de 2005**



100

A subida para a faixa dos 90% de matérias sobre o escândalo coincide com alguns fatos importantes da época. Julho foi o mês da entrevista do presidente na França e também de vários depoimentos de acusados na CPI dos Correios e na CPI do Mensalão. Em agosto, quando os percentuais variam na casa dos 40%, é o período em que o ex-publicitário Duda Mendonça, que tinha sido responsável pela campanha de 2002 de Lula, foi à CPI e confirmou ter recebido pagamentos em contas bancárias no exterior. A revelação, com amplo destaque no Jornal Nacional, teve forte impacto, na medida em que colocava em jogo a possibilidade de impeachment do presidente Lula, dando um contorno ainda mais dramático ao noticiário. Essa característica já havia sido explorada pela mídia no dia 14 de junho, quando Jefferson depôs no Conselho de Ética da Câmara. Acompanhadas com grande expectativa, as notícias dos telejornais à noite destacaram a frase em tom intimista e dramático

de Jefferson quando se referiu ao ministro da Casa Civil, José Dirceu: “Jefferson: Zé, se você não sair daí rápido vai fazer réu um homem bom, inocente. Sai daí rápido!”

Os dados demonstram ainda que o caso “Mensalão” disputou espaço com o escândalo do “mensalinho”, que surgiu em setembro, envolvendo o presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti. Com isso, o percentual de vezes em que o “mensalão” foi notícia sofreu um decréscimo naquele mês, mas voltou a subir ligeiramente após a renúncia do presidente da Câmara.

#### 4. O enquadramento do escândalo pelo JN

# 101

No mapeamento de 96 matérias do Jornal Nacional apresentadas durante cinco semanas do escândalo do “Mensalão”, procuramos identificar o enquadramento noticioso e o enquadramento interpretativo das reportagens. Para isso, sistematizamos os dados para que fosse possível verificar com maior clareza qual interpretação do texto era predominante. Desse modo, analisamos primeiramente as notícias do “Mensalão” que não faziam referências ao presidente Lula, totalizando 69 entradas. Na segunda etapa, analisamos somente aquelas notícias que se referiam ao presidente Lula dentro da amostra das cinco semanas do JN, independentemente se eram ou não referentes ao caso “Mensalão”. O objetivo foi, como já indicado, compreender como o telejornal enquadrava o escândalo e as notícias referentes ao presidente Lula num mesmo período durante. Nas 69 reportagens analisadas, encontramos os seguintes enquadramentos noticiosos: responsabilização (49%), episódico (45%) e dramático (6%).

- Responsabilização: quando a denúncia estrutura a matéria, isto é, define o ângulo da notícia. Nesse caso, a perspectiva ressalta o aspecto moral do evento, indicando o comportamento antiético dos atores políticos.
- Episódico: quando um acontecimento é descritivo, ou seja, o ângulo da matéria está focado na descrição de um evento.
- Dramático: quando a abertura da matéria apresenta um tom dramático que descreve a situação pela qual passam pessoas, partidos ou governo diante das denúncias. É uma perspectiva que traz para o primeiro plano o aspecto emocional da notícia.

O enquadramento noticioso de responsabilização tende a ser aquele que busca atribuir responsabilidades ou cobranças sobre a autoria dos acontecimentos noticiados. As matérias tiveram, neste caso, um ângulo acusatório, seja apresentando uma nova descoberta sobre o caso, veiculada por outros órgãos de imprensa, ou de revelação de documentos e afirmações feitas por autoridades envolvidas na apuração.

# 102

Apresentador William Bonner: A CPI dos Correios vai tomar amanhã o primeiro depoimento, e a oposição quer ampliar as investigações. Hoje em São Paulo, o deputado Roberto Jefferson acusou um integrante do Partido Liberal de inventar o mensalão.

Repórter: Na chegada a São Paulo, o deputado Roberto Jefferson acusou o deputado Carlos Rodrigues, conhecido como bispo Rodrigues, de ser o criador do esquema de mesada.

Deputado Roberto Jefferson (PTB): Essa prática do mensalão vem do bispo Rodrigues, desde a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Ele levou essa prática para o PL e acabou impregnando o Delúbio com isso (...). (JN, 20/6/2005).

Nesse sentido, foi comum encontrarmos palavras-chave que ajudaram a definir esse enquadramento, como “novas denúncias”, “documentos secretos revelam” ou “a investigação descobriu”.

Apresentadora Sandra Annenberg: Relatórios secretos mostram que as empresas do homem apontado como operador do mensalão fizeram saques milionários, em dinheiro vivo, nos últimos anos. A reportagem da revista IstoÉ revela que o dinheiro teria saído de duas agências de publicidade, que têm como sócio o empresário Marcos Valério.

Repórter: Documentos sigilosos do Coaf, Conselho de Controle de Atividades Financeiras do Ministério da Fazenda, mostrados na reportagem da revista IstoÉ, registram mais de cem saques em dinheiro vivo, entre julho de 2003 e maio deste ano. Os valores vão de 100 mil a 500 mil reais. (JN, 25/6/2005).

# 103

Houve também uma predominância do enquadramento episódico, que reforça a tese de que o telejornal procurou focar suas notícias em eventos. Quando analisamos isso dentro do contexto do desenrolar de um escândalo, como foi o do “Mensalão”, é possível dizer que esse tipo de perspectiva contribui para manter o acontecimento dentro de uma ideia novelesca, na qual não importa, pelo menos a princípio, se o caso terá um fim imediato, mas que ele deve ser visto como um evento diário.

Apresentadora Fátima Bernardes: A Polícia Federal cumpriu hoje mandados de busca e apreensão nas casas de dois ex-diretores de estatais ligados ao PTB. A operação é parte das investigações do Ministério Público do Distrito Federal sobre corrupção nos Correios.

Repórter: A Polícia Federal, a pedido do Ministério Público, apreendeu documentos em Brasília, na casa e no escritório do ex-presidente da Eletronorte, Roberto Salmeron. O nome dele foi citado pelo ex-chefe do departamento de compras dos Correios, Maurício Marinho, na gravação em que ele apareceu recebendo 3 mil reais (...). (JN, 21/6/2006).

## 5. Enquadramento interpretativo do “Mensalão” pelo JN

Passamos agora a apresentar os resultados da análise do enquadramento interpretativo das matérias do JN sobre o “Mensalão”. Como já foi dito na parte metodológica, na nossa análise criamos uma tabela de entradas das reportagens. Nessa tabela, foram incluídas três colunas (A, B, C) para identificar o posicionamento de quem fala na reportagem e também o tempo da fala. A coluna A, que apresenta um tempo muito maior do que as outras perspectivas, é de falas de entrevistados que coincidem, isto é, apoiam o enquadramento interpretativo mais geral do texto, seja recomendando, fazendo apontamentos ou avaliações sobre o assunto noticiado.

Neste caso, os dados demonstram o seguinte: das 96 matérias analisadas, a posição A teve tempo total de 1h16min08s, enquanto as outras totalizaram 14min41s para B, que se contrapõe à interpretação da matéria, e 12min52s para C, que apresenta uma terceira interpretação para o caso tratado na matéria. Em proporções, a posição A representou 31,6% do tempo total das matérias, que foi de 4h09min. Já a posição B representou 5%, enquanto C, 5,8%. Cerca de 60% do tempo foi usado apenas pelos jornalistas, que, na suas falas, ajudam a coordenar a interpretação que deveria predominar sobre a reportagem.

Outros dados chamaram a atenção. A maioria dos enquadramentos noticiosos episódicos focados no acontecimento não teve o uso de recursos gráficos, que colaboram mais acentuadamente para a definição do enquadramento interpretativo. Apenas oito casos de enquadramento episódico, contra 30 de responsabilização, tiveram o

auxílio dos recursos gráficos. Ou seja, levando-se em conta o total de 54 enquadramentos episódicos identificados, apenas 15% apresentaram recursos gráficos, enquanto nos de responsabilização o uso desse recurso correspondeu a 79%. Desse modo, o levantamento permite dizer que a tendência do JN foi de reforçar o entendimento da notícia quando tinha convicção da interpretação fornecida pelos atores políticos; quando isso não ocorria, o telejornal optou por uma perspectiva mais descritiva do evento.

Esses dados propõem algumas interpretações. O enquadramento noticioso do tipo episódico não está isento de ter um enquadramento de segundo nível, o interpretativo, mas essa relação é mais sutil, indireta e operada em alguns casos pelo próprio texto noticioso do jornalista. Nesse caso, foi preciso uma leitura minuciosa para identificar os trechos mais enfáticos do texto e suas imagens. No caso do enquadramento noticioso do tipo responsabilização, a constituição do enquadramento interpretativo é mais intensa, tanto no que se refere aos recursos gráficos usados pela televisão, quanto em relação ao número de falas na matéria. Em 18 enquadramentos episódicos (33%) não houve qualquer tempo dedicado às posições A, B e C, cabendo muito mais ao próprio jornalista a indicação do enquadramento interpretativo. No enquadramento de responsabilização, esse número se inverte. Foram 36 ocasiões, ou seja, em 94% dos casos havia alguém confirmando a interpretação do texto jornalístico ou, em menor grau, rebatendo o entendimento mais geral da matéria.

A partir desses dados foi possível chegar a alguns entendimentos sobre os enquadramentos interpretativos do caso do “Mensalão” no JN. Foram identificados os seguintes enquadramentos: responsabilização (79%), dramático (8%), presunção de crime (7%), disputa política (3%) e pizza (1%).

- Responsabilização: quando os ouvintes ou fontes apresentadas na matéria sentenciam o grau de responsabilidade de acusados como pessoas, partidos ou governo. Normalmente, o texto se refere a outras reportagens ou pessoas que ganham amplo espaço para definir o evento.
- Dramático: quando as fontes colaboram sustentando o tom dramático da matéria. Ou seja, fornecem frases que ajudam a caracterizar a situação descrita pelo repórter. Houve casos em que o ângulo da matéria era episódico, mas o enquadramento interpretativo enfatizou o caráter emocional do evento.
- Presunção de Crime: quando as diversas fontes ouvidas se contradizem sobre a descrição dos atos de corrupção. O texto jornalístico procura apresentar as duas versões de maneira mais equilibrada, mas ressaltando o caráter nebuloso do evento. Esse enquadramento também é aceito quando uma mesma matéria descreve uma série de iniciativas das fontes em apurar, investigar e revelar as denúncias, evidenciando a ideia de que algo de pobre aconteceu, ou quando a descrição de um fato sugere ações clandestinas, obscuras no meio político.
- Pizza: quando o texto procura ressaltar o risco de que as investigações não punirão os envolvidos. Nesse sentido, as fontes aparecem no texto sustentando esse perigo ou apontando dificuldades para levar adiante a investigação.
- Disputa Política: quando o texto indica o trabalho de um partido ou político em investigar, mesmo a matéria tendo apresentado dados que sustentam a versão do acusado. Nesse caso, as fontes aparecem se autoacusando no texto, indicando com isso a característica de disputa política. Entram nessa

definição também as divergências internas do governo, no parlamento ou sobre os trabalhos da CPI.

De modo geral, no enquadramento interpretativo do JN, prevaleceu a tese de que o “Mensalão” existiu e, nesse sentido, as matérias concentraram grande parte do tempo apresentando perspectivas sobre o grau de responsabilidade dos envolvidos no caso, enfatizando, desse modo, o caráter imoral dos acontecimentos. O enquadramento do telejornal também tratou como certa a ideia de que a corrupção nos Correios, a famosa imagem de uma câmera escondida em que um dirigente recebe 3 mil reais de propina, tinha ligação com o “Mensalão”. As interpretações repudiaram também a ideia de “caixa dois”, defendida por Lula e integrantes do PT. Nesse sentido, pela análise dos dados aqui apresentados, podemos dizer que, nas primeiras semanas de junho de 2005, o JN tratou o caso o “mensalão” como um fato inquestionável, mas que necessitava de investigação para apontar o real nível de participação dos envolvidos.

107

Os enquadramentos interpretativos na semana de 20 de junho de 2005 apontam para duas linhas: a da comprovação de que Maurício Marinho, ex-dirigente dos Correios, havia praticado um crime e, também, o de definir o grau de responsabilidade de deputados no “Mensalão”. Nessa semana, Roberto Jefferson, que denunciou o caso da compra de votos à “Folha de S.Paulo” foi tratado de maneira ambígua. Da mesma forma que tinha espaço para incitar o caso do pagamento de mesadas – e, dessa forma, reforçar o entendimento de que o governo e o PT compraram votos –, Jefferson também foi visto com desconfiança pelo JN, no sentido de que ele também tinha um comportamento antiético.

A reportagem, já transcrita neste trabalho, passa então a tratar de novas denúncias apresentadas pela revista “Época”, na matéria “Homem da mala”, em que acusa o deputado José Janene (PP) de ser o responsável por levar dinheiro para deputados. Observa-se, com isso, a estratégia do JN de fazer referências a outros veículos de comunicação, ampliando dessa maneira a visibilidade do escândalo. O texto da reportagem dá a entender que há um nexos entre o caso dos Correios e do “Mensalão”, que envolvia Jefferson. A matéria reproduz imagens da revista, de casas luxuosas que seriam de Janene e depois apresenta sua posição sobre o evento (19 segundos). O texto lembra em seguida o início dos trabalhos da CPI dos Correios, mas fecha com depoimento de integrantes da CPI que reforçam o pressuposto de que havia uma transgressão ainda não totalmente explicada (37 segundos). Nesse caso, o enquadramento proposto foi de “Presunção de Crime”, ou seja, algo de podre havia acontecido.

# 108

Na mesma edição do dia 20 de junho, o JN apresentou uma reportagem (1min48s) falando sobre a apreensão de contratos fechados pelos Correios e, reproduziu a imagem captada pela câmera escondida que flagrou Maurício Marinho recebendo o dinheiro da corrupção. A imagem tem um forte aspecto moral da ação imprópria de Marinho, que recebe um bolo de dinheiro, e, em seguida, guarda no bolso. O enquadramento interpretativo nesta matéria do JN aponta para a comprovação de que houve desvios de recursos nos Correios e que Roberto Jefferson tinha participação no esquema. Notem-se as palavras-chave usadas pela repórter para descrever o evento – “conseguiu uma prova” e “esquema de corrupção” – que contribuem para desenhar um quadro interpretativo predominante de responsabilização.

Repórter: A Polícia Federal conseguiu uma prova confirmando a primeira parte do que o ex-chefe de compras disse na fita em que revelou o esquema de corrupção nos Correios. Marinho contou que havia se

encontrado com empresários do setor de calçados interessados em lotear a venda de tênis para carteiros.

(a matéria reproduz as imagens da gravação com uma câmera escondida, nas quais Maurício Marinho embolsa R\$ 3 mil e, em seguida, fala como é o esquema de corrupção. Marinho diz que Roberto Jefferson é o chefe da corrupção no órgão).

(...)

Repórter: Agora, o que a Polícia Federal e o Ministério Público querem saber é se outro personagem do caso, o militar da reserva Arlindo Molina, disse a verdade no depoimento. Molina contou que avisou ao deputado Roberto Jefferson, antes da divulgação da fita, que existia uma bomba envolvendo Maurício Martinho. (JN, 20/6/2005).

109

Em síntese, a análise dos enquadramentos interpretativos do JN demonstra que houve uma disputa por compreensão do nível de responsabilidade de cada ator no esquema de corrupção, e o PT, nesse caso, foi visto como uma instituição moralmente reprovada, que abrigou um engenhoso plano de corrupção dentro do governo. Desse modo, havia uma premissa de que um crime havia sido cometido e, dessa maneira, deveria ser exposto o entendimento, isto é, enquadramentos interpretativos que não colocassem em dúvida essa ideia inicial, mas sim, que ajudassem o telespectador e o próprio meio político a compreender o grau de responsabilidade dos acusados. Nesse sentido, a compreensão do caso foi sendo desenrolada e muitas vezes se repetiu, conforme as revelações apresentadas por outros veículos de comunicação e reproduzidas pelo JN.

## 6. Lula, segundo o enquadramento do JN

Das 96 reportagens analisadas nas cinco semanas do escândalo, 27 foram sobre assuntos que envolviam diretamente o presidente Lula,

ou seja, 28% do total. Chama a atenção na análise o baixo percentual da perspectiva episódica identificado nas matérias que não tratavam de Lula e, por outro lado, o elevado número de reportagens do JN que usaram esse enquadramento para noticiar, como os exemplos a seguir (2min25s), os assuntos relativos ao presidente.

Apresentadora Fátima Bernardes: O presidente Lula fez hoje um discurso em defesa do governo e contra a corrupção. Na abertura de um encontro sobre agricultura familiar, em Luziânia, a 60km de Brasília, Lula afirmou que a CPI dos Correios não pode parar o Congresso.

Lula: Se as pessoas querem o combate à corrupção, as pessoas deveriam estar todas, sobretudo os que estão acusando, aplaudindo o governo, porque, na história republicana, nenhum governo fez contra a corrupção 20% do que estamos fazendo (...). (JN, 21/6/2005)

# 110

Uma das explicações para o uso do enquadramento episódico no caso das matérias sobre o Lula talvez seja o peso institucional da Presidência da República, considerado o principal cargo no sistema presidencialista.

Chamada: O presidente Lula esteve hoje no Recife onde visitou dois políticos, o deputado Ricardo Fiúza, do PP, que se recupera de uma cirurgia no pâncreas, e o presidente do PSB, Miguel Arraes, internado há mais de um mês com infecção pulmonar. (JN, 20/7/2005).

No caso do enquadramento noticioso de responsabilização, ou seja, quando o quadro interpretativo fica mais evidenciado, notamos outras disparidades. Enquanto as matérias, excluindo àquelas dedicadas a Lula, tiveram uma proporção desse tipo de enquadramento de 49%, as relativas ao presidente foram de 15%. Somente em quatro matérias, no período analisado, o presidente

Lula teve um enquadramento de responsabilização, ou seja, quando a denúncia estruturou a perspectiva noticiosa.

Um desses casos foi a reportagem do JN sobre a entrevista de Lula a uma repórter na França (18/7/2005), veiculada no dia anterior, portanto, no domingo, pelo programa do “Fantástico”. O JN recuperou a matéria veiculada e apresentou um tipo de perspectiva de responsabilização (4min26s), isto é, focando a coincidência dos argumentos de Lula, Delúbio Soares e Marcos Valério de que o PT e seus dirigentes não pagaram mesadas a deputados, e sim, haviam praticado um crime eleitoral, no caso, o “caixa dois”.

Apesar desse caso, a análise geral dos dados permite dizer que Lula teve perspectivas interpretativas no JN que focaram principalmente a sua capacidade de liderança política e seu comprometimento ético – nesse último caso, acentuando uma característica pessoal do presidente. Obviamente que, nos casos de enquadramento de responsabilização, a compreensão da reportagem apontava para uma interpretação do possível envolvimento do presidente. Os enquadramentos interpretativos identificados sobre Lula foram o personalista (63%), responsabilização (22%), estratégia eleitoral (11%) e trivialização (3%).

111

- Personalista: quando o texto ressaltava atributos pessoais, como comportamento ético, moral, seriedade, história de vida e capacidade de negociar com diversas forças políticas.
- Responsabilização: quando o texto, sustentado por ouvintes ou fontes apresentadas na matéria, sentenciam o grau de responsabilidade de acusados como pessoas, partidos ou governo. Novamente, vale lembrar o caráter moral desse tipo

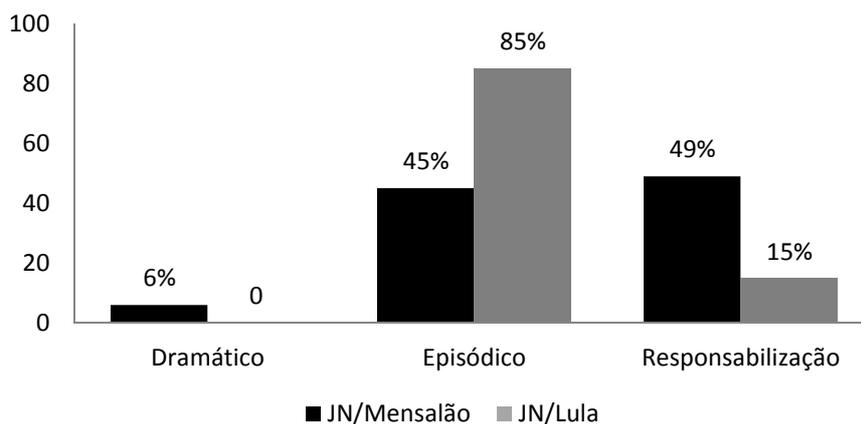
de enquadramento, que enfatiza o comportamento inadequado dos atores políticos.

- Estratégia Eleitoral: quando o texto ressaltava as viagens do presidente pelo país e suas falas em tom de discurso de campanha eleitoral.
- Trivialização: quando abordava cenas do presidente em situações como jogo de futebol ou brincadeiras que o presidente fez em público.

Numericamente, as diferenças no tipo de enquadramento do JN dispensado ao presidente Lula e às demais matérias sobre o escândalo do “Mensalão” nas cinco semanas analisadas demonstram que o presidente foi hábil em criar cenas e imagens públicas, com determinados quadros interpretativos para ocupar o noticiário, e o telejornal evitou, na maior parte dos casos, relacionar o presidente diretamente ao escândalo.

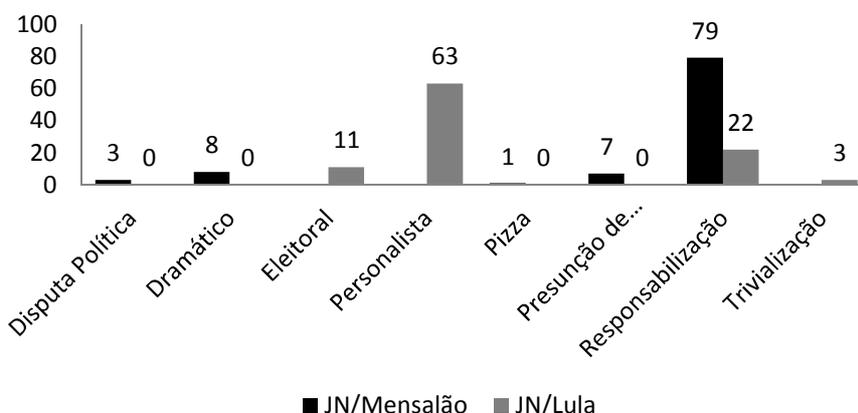
112

**GRÁFICO 2: Percentual de enquadramento noticioso do JN nas cinco semanas analisadas do escândalo do “Mensalão”**



Nota: JN/Mensalão: Responsabilização N=34, Episódico N=31, Dramático N=4, total 69 Matérias. JN/Lula: Responsabilização N=4, Episódico N=23, total de 27 matérias.

**GRÁFICO 3: Percentual dos enquadramentos interpretativos do JN nas cinco semanas analisadas do escândalo do “Mensalão”**



Nota: JN/Mensalão: Responsabilização N=34, Episódico N=31, Dramático N=4, total 69 Matérias.

JN/Lula: Responsabilização N=4, Episódico N=23, total de 27 matérias.

## 7. Nota para um debate

# 113

Este estudo procurou analisar o noticiário do JN para identificar os enquadramentos predominantes no telejornal sobre o caso do “Mensalão” e, como as matérias sobre o presidente Lula, nas mesmas semanas da amostra, foram enquadradas. Como vimos, o enquadramento de responsabilização, com seu forte caráter moral, teve maior predominância nas matérias sobre o “Mensalão” e, na maioria dos casos, sobre o PT, seus integrantes, aliados do governo e empresários foram apontados como tendo participação direta no caso.

No noticiário sobre o presidente, por outro lado, predominou o enquadramento personalista, no qual era enfatizada a autoridade de Lula como mandatário ou mesmo aspectos ressaltados pelo próprio presidente sobre a sua história de vida e comprometimento ético. Poucas perspectivas do JN, nas cinco semanas analisadas, apresentaram o presidente a partir de enquadramentos de responsabilização, embora a crise tivesse ligação com figuras

políticas próximas a Lula. Um dado que chama atenção é que muitos dos enquadramentos do JN sobre o presidente utilizaram falas do presidente, nas suas aparições públicas, indicando que o telejornal tendeu a adotar as interpretações que o próprio Lula buscou imprimir sobre o caso.

Em outro estudo, já havíamos analisado o enquadramento buscado por Lula em seus pronunciamentos em cadeia de rádio e TV durante o escândalo do “Mensalão” (Vasconcellos, 2007). O trabalho identificou um forte uso do enquadramento personalista de Lula, no qual ele procurava ressaltar suas qualidades pessoais, dado que coincide com os mesmos enquadramentos do JN sobre o presidente durante as cinco semanas. Em todos esses casos, Lula procurou se comunicar diretamente com os eleitores, reforçando a sua imagem pessoal, como retirante e primeiro presidente operário do Brasil.

Portanto, se o comportamento do JN e do próprio Lula durante o escândalo não podem ser diretamente responsabilizados pelo descolamento de presidente daquele escândalo, em razão das dificuldades metodológicas impostas por essa questão, ao menos podem ser considerados elementos que contribuíram indiretamente para esse efeito. Outras fontes de informação concorreram com o JN para a interpretação do escândalo e seus responsáveis, mas sendo o principal telejornal do país, a hipótese de que tenha contribuído para o descolamento de Lula do caso deve ao menos ser melhor investigada.

O resultado eleitoral de 2006, no qual Lula saiu vencedor, e o PT perdeu espaço na Câmara dos Deputados, é um dado que reforça esse descolamento. Em outras palavras, o escândalo parece ter sido muito importante para a imprensa e o campo político, com efeitos

moderados sobre o PT, e nenhum sobre Lula. O impacto político-eleitoral moderado sobre o PT em 2006, apesar do noticiário fortemente negativo e muito focado em figuras do partido ao longo de 2005, indica, por outro lado, que não podemos tratar a imprensa como uma instituição com poderes sobrenaturais, a ponto de alterar, sempre que pode, as correlações de forças políticas. Do outro lado havia uma dimensão estrutural, como pontuou Singer (2012), que contribuiu possivelmente para a redução do impacto do noticiário do “Mensalão” sobre o PT e Lula.

## Referências

ALBUQUERQUE, Afonso de. *A Campanha Presidencial no Jornal Nacional: observações preliminares*. Comunicação e Política, v.1, n.1, p.23-40, 1994.

ALDÉ, Alessandra. *A construção da política - Democracia, cidadania e meio de comunicação de massa*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

\_\_\_\_\_; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *O MST na Tv: a sublimação do político, moralismo e crônica cotidiana do nosso "estado de natureza"*. Porto Alegre: COMPÓS, 2000. Trabalho apresentado no 4º Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS), Porto Alegre, 30 de maio a 2 de junho, 2000.

AZEVEDO, Fernando Antônio. *Agendamento da Política*. In: In RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.): *Comunicação e Política - Conceitos e Abordagens*. São Paulo: Unesp, 2004.

BLANCO, Victor Sampedro. *Periodismo, conflicto simbólico y fetichismo*. In: *Revista de Ciência de la Información*. N. 10, p. 99-121. Madrid, 1994.

CAPPELA, Joseph; JAMIESON, Kathleen. *Spiral of Cynicism: The press and public good*. New York: Osford University Press, 1997.

CARNEIRO, José Alan Dias; RAMOS, Plínio de Abreu & WELTMAN, Fernando Lattman. *A Imprensa Faz e Desfaz um Presidente - O papel da imprensa na ascensão e queda do "fenômeno" Collor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

COOK, Timothy E. *Government with the news: The news media as a Political Institution*. Chicago: University of Chicago Press, 1998.

COHEN, Bernard C. *The press and foreign policy*. Princeton: Princeton University Press, 1963.

ENTMAN, Robert. *Framing: Toward Clarification of Fractured Paradigm*. In: *Journal of Communication*, 43, pp. 51-58, 1993.

GAMSON, William A; MODIGLIANI, Andre. *Media discourse and public opinion on nuclear power: a constructionist approach*. In *American Journal of Sociology*. Vol. 95, no. 1, pp. 1-37, 1989.

GITLIN, Todd. *The Whole World is Watching: Mass Media in the Making & Unmaking of the New Left*. Berkeley: University Of California Press, 1980.

GOFFMAN, Erving. *Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience* Boston: Northeartern University Press, 1986.

\_\_\_\_\_. *A Representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 2004. Edição original 1975.

\_\_\_\_\_. *Frame analysis*. New York: Harper and Row, 1974.

IYENGAR, Shanto. *Is anyone responsible? How television frames political issues*. Chigago: The University of Chicago Press, 1991.

JAMIESON, Kathleen Hall. *Eloquence in an eletronic age*. New York: Oxford University Prees, 1988

LIPPMANN, Walter. *Public Opinion*. New York: Free Press Paperbacks, 1997. Edição original 1922.

MANIN, Bernard. *As metamorfoses do governo representativo*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 29, ano 10, outubro, 1995.

MCCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald. A evolução da pesquisa sobre agendamento: vinte e cinco anos no mercado de idéias. In: TRAQUINA, Nelson. *O Poder do Jornalismo - Análise e Textos da Teoria do Agendamento*. Coimbra: Minerva, 2000. p. 125-145.

\_\_\_\_\_. The agenda-setting function of mass media. In: *Public Opinion Quarterly*, Vol. 36, No. 2. Summer 1972, p. 176 a 187.

NOELLE-NEUMANN, Elizabeth. Return to the concept of powerful mass media. *Studies of broadcasting*, vol. 9, pp. 67-112, 1973.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). *Comunicação e Política - Conceitos e Abordagens*. São Paulo: Unesp, 2004.

\_\_\_\_\_. *Media Framing and Citizen Competence: Television and Audiences' Interpretations of Politics in Brazil*. Tese de Doutorado. University Of California. San Diego, 2001.

SCHUDSON, Michael. A política de forma narrativa: a emergência das convenções noticiosas na imprensa e na televisão. In: TRAQUINA, Nelson, org. *Jornalismo: Questões, teorias e estórias*. Insular, 1994.

SINGER, André. *Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

TUCHMAN, Gaye. *La objetividad como ritual estratégico: un análisis de las nociones de objetividad de los periodistas*. Publicado originalmente na revista *American Journal of Sociology* 1972. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/CIYC/article/download/CIYC9899110199A/7407>>. Acesso em: 01 de jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Contando Estórias. In: TRAQUINA, Nelson, org. *Jornalismo, Questões, Teorias e Estórias*. Insular, 1994.

TRAQUINA, Nelson. O estudo do jornalismo no século XX. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

VASCONCELLOS, F. Disputa de Imagens no Escândalo Político: Os enquadramentos midiáticos do Jornal Nacional e do Presidente Lula na crise de 2005. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro. Uerj, 2007.

\_\_\_\_\_; ALDÉ, A. Ao Vivo de Brasília: Escândalo Político, oportunismo midiático e circulação de notícias. *Revista de Ciências Sociais*. Universidade Federal do Ceará, v.39, n.2, 2008.

VILCHES, Lorenzo. *Manipulation de La Información Televisiva*. Barcelona: Paidós, 1995. Original de 1989

WAISBORD, Silvio. Contando Historias da Corrupção Narrativa de Telenovela e Moralidade Populista no Caso Collorgate. In: *Comunicação e Política*. Vol. 3, n.2, p.94-110, 1996.

WEBER, Maria Helena. *Notícia, Propaganda e Espetáculo da Crise Política Brasileira 2005-2006*. Campinas. Trabalho apresentado no Congresso Latinoamericano de Ciência Política – Democracia e Desigualdades, Campinas de 4 a 6 de setembro de 2006.

----- . Comunicação e Espetáculos da Política. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

WILSON, Gomes. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.

WOLF, Mauro. *Teorias das comunicações de massa*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

# 118



**COMPOLÍTICA**  
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA  
DE PESQUISADORES EM  
COMUNICAÇÃO E POLÍTICA

Presidente: Alessandra Aldé (UERJ)  
Vice-Presidente: Luis Felipe Miguel (UnB)  
Secretário Executivo: Francisco Jamil Marques (UFC)

Editora-Chefe:  
Alessandra Aldé (UERJ)

Editores Executivos:  
Edna Miola (UFS) e Viktor Chagas (UFF)

Editores Assistentes:  
Eleonora Magalhães (UFF) e Fernanda Sanglard (UERJ)

Revisora: Fernanda Sanglard (UERJ)

<<http://compolitica.org/revista>>

A Revista Compolítica é uma revista eletrônica da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política. Com periodicidade semestral, sua proposta é difundir a produção acadêmica relacionada às interfaces desses campos de estudo.

Ao citar este artigo, utilize a seguinte referência bibliográfica

VASCONCELLOS, Fábio. *Os enquadramentos do Jornal Nacional sobre Lula e o escândalo do 'Mensalão'*. In: **Revista Compolítica**, n. 4, vol. 1, ed. janeiro-julho, ano 2014. Rio de Janeiro: Compolítica, 2014.